

**Demonstrações Contábeis
Exercício de 2025
E Parecer de Auditoria**



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PONTA GROSSA

CNPJ Nº 80.238.926/0001-59

Av. Dr. Francisco Burzio, 774 - Ponta Grossa - Paraná

Reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 65.516 de 30/04/70 - D.O.U. de 30/04/1970

A T I V O

CIRCULANTE	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.543.476,41	3.341.775,03
Caixa	10.138,07	23.729,59
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	707.761,15	116.103,32
Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição	1.846.657,08	53.500,20
Aplicações Financeiras - Recursos Com Restrição	3.978.920,11	3.148.441,92
Créditos a Receber	27.804.874,88	19.831.308,29
Outros Créditos	11.086.070,20	308.804,53
Convênios a Receber	17.051.579,90	20.089.197,39
(-) Prov. Dev. Duvidosos	(540.051,14)	(711.693,63)
Títulos de capitalização	207.275,92	145.000,00
Estoques	4.632.248,90	4.117.168,80
Despesas do Exercício Seguinte	204.627,60	189.364,94
TOTAL DO CIRCULANTE	39.185.227,79	27.479.617,06
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	5.493.968,22	4.381.139,96
Títulos a Receber	4.546.577,52	3.872.050,01
Títulos de capitalização	150.000,00	150.000,00
Investimentos	797.390,70	359.089,95
Imobilizado	106.655.775,81	80.649.251,49
Bens Sem Restrição	74.637.338,26	64.481.343,00
Bens Com Restrição	30.160.710,49	16.693.437,63
(-) Depreciação Acumulada	(43.921.375,07)	(41.148.144,72)
Reavaliação Patrimoniais	36.245.757,00	36.470.011,69
(-) Depreciação Acumulada Reavaliação Patrimoniais	(1.973.777,64)	(1.277.283,57)
Imobilizações em Andamento	11.507.122,77	5.429.887,46
TOTAL NÃO CIRCULANTE	112.149.774,03	85.030.391,45
TOTAL DO ATIVO	151.334.971,82	112.510.008,51



PASSIVO

CIRCULANTE

2025

2024

Provisões Técnicas de Oper.Assist.Médico-Hospitalar	285.104,49	323.696,70
Prestadores de Serviços de Assistência À Saúde	3.681.369,43	3.342.488,14
Fornecedores Diversos	17.813.702,58	5.545.073,82
Emprést. Bancários e Financiamentos	33.317.593,19	18.637.769,12
Obrigações com Funcionários	6.479.976,17	5.900.261,93
Obrigações Sociais	1.576.404,90	3.397.036,60
Obrigações Tributárias	526.337,42	469.274,20
Outras Obrigações	88.542,42	68.405,55
Recursos de Convênios em Execução	10.982.606,48	3.148.441,92
TOTAL DO CIRCULANTE	74.769.637,08	40.832.447,98

NÃO CIRCULANTE

Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	36.575,42	175.876,96
Empréstimos e Financiamentos	60.936.500,35	44.200.492,92
Provisão para Contingências	2.408.489,68	1.205.441,93
Outras Obrigações	1.807.306,93	1.721.918,00
Subvenções a Realizar	19.645.041,08	7.484.380,85
TOTAL NÃO CIRCULANTE	84.833.913,46	54.788.110,66

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Social	(28.303.278,25)	(19.180.217,05)
Doações Patrimoniais	10.000.000,00	10.000.000,00
Reavaliações Patrimoniais	34.271.979,36	35.192.728,12
Déficit do Período	(24.237.279,83)	(9.123.061,20)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(8.268.578,72)	16.889.449,87

TOTAL PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO

151.334.971,82

112.510.008,51



[Handwritten signatures in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA	2025	2024
Eventos/Sinistros Indenizáveis Líquidos	(8.640,31)	(5.165,38)
Outras Recuperações/Ressarc./Deduções de Eventos/Sinistros	(8.640,31)	(5.165,38)
Resultado das Operações com Planos Assist à Saúde	(8.640,31)	(5.165,38)
Outras Receltas Oper.de Assist. à Saúde Não Relac.c/Pl.de Saúde	149.817.919,26	145.917.894,05
Receitas Operacionais	124.494.690,54	118.997.223,76
Receitas C/Doações	3.988.789,42	3.372.035,54
Subvenções P/Investimentos	1.965.113,26	1.483.842,20
Subvenções P/Custeio	3.239.379,81	7.069.116,54
Receitas C/Irmãos	40,00	480,00
Isenções Sociais Usufruídas	16.129.906,23	14.995.196,01
TOTAL DAS RECEITAS	149.809.278,95	145.912.728,67
Deduções, Glosas e Abatimentos	(1.441.039,13)	(1.134.010,18)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	148.368.239,82	144.778.718,49
Custo dos Serviços Prestados	(126.818.984,27)	(113.608.170,00)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL BRUTO	21.549.255,55	31.170.548,49
Despesas Gerais e Administrativas	(17.312.450,55)	(16.069.334,37)
Receitas Eventuais	520.442,73	431.078,05
Isenções Sociais Usufruídas	(16.129.906,23)	(14.995.196,01)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(32.921.914,05)	(30.633.452,33)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(11.372.658,50)	537.096,16
Receitas Financeiras	980.713,32	5.927.620,17
Despesas Financeiras	(13.845.334,65)	(15.587.777,53)
DÉFICIT DO PERÍODO	(24.237.279,83)	(9.123.061,20)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one at the bottom right.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

1. Fluxos de Caixa das Atividades Operações:	2025	2024
Déficit/Superávit do Período	(24.237.279,83)	(9.123.061,20)

Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício

Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	48.408,60	1.245.984,15
Depreciação/Amortização	5.829.681,20	5.331.445,57
Créditos Operacionais a Receber Plano e Saúde	(10.254.588,23)	141.021,93
PCLD	(171.642,49)	(588.285,69)
Créditos a Receber	(736.803,43)	(200.590,84)
Clientes a Receber	2.514.940,05	(4.541.492,36)
Estoques	(515.080,10)	(1.810.956,58)
Despesas do Exercício Seguinte	(15.262,66)	353.112,90
Provisões Técnicas de Oper.Assist.Médico-Hospitalar	(38.592,21)	(70.318,76)
Déb.Oper.Assist.à Saúde Não Relac.c/Planos Saúde Operadora	338.881,29	(2.396.824,85)
Fornecedores	12.268.628,76	(1.760.203,34)
Débitos a Pagar	(1.199.629,98)	2.618.954,97
Provisão para Contingências	1.203.047,75	1.143.390,47
Subvenções Sociais	19.994.824,79	1.577.825,87

(=) Caixa Gerado pelas Operações **5.029.533,51** **(8.079.997,76)**

2. Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:

Aquisições ou baixa de Investimentos	(438.300,75)	(216.580,75)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(31.884.614,12)	(7.850.780,16)
Reavaliações Patrimoniais	(920.748,76)	(1.792.854,43)

(=) Caixa Gerado pelos Investimentos **(33.243.663,63)** **(9.860.215,34)**

3. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:

Empréstimos de Curto Prazo	14.679.824,07	5.472.229,00
Empréstimos de Longo Prazo	16.736.007,43	14.678.582,88

(=) Caixa Gerado pelos Financiamentos **31.415.831,50** **20.150.811,88**

Variação nas Atividades Operacionais **3.201.701,38** **2.210.598,78**


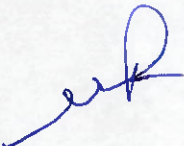


Aumento/Redução Líquida das Disponibilidades **3.201,701,38** **2.210.598,78**

Disponibilidades no Início do Exercício	3.341.775,03	1.131.176,25
Disponibilidades no Final do Exercício	6.543.476,41	3.341.775,03



Demonstração das Mutações do Patrimônio Social em 31/12/2025

Contas	Patrimônio Social	Doações Patrimoniais	Reavaliações Patrimoniais	Resultado do Período	Resultados Abrangente	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2023	(2.540.300,15)	10.000.000,00	36.985.582,55	(16.639.916,90)	-	27.805.365,50
Déficit Acumulados	(16.639.916,90)	-	-	16.639.916,90	-	-
Baixas Reavaliações Patrimoniais	-	-	(1.016.425,17)	-	-	(1.016.425,17)
(-) Deprec. Reavaliações Patrimoniais	-	-	(776.429,26)	-	-	(776.429,26)
Déficit do Período	-	-	-	(9.123.061,20)	-	(9.123.061,20)
Saldo em 31/12/2024	(19.180.217,05)	10.000.000,00	35.192.728,12	(9.123.061,20)	-	16.889.449,87
Déficit Acumulados	(9.123.061,20)	-	-	9.123.061,20	-	-
Baixas Reavaliações Patrimoniais	-	-	(224.254,69)	-	-	(224.254,69)
(-) Deprec. Reavaliações Patrimoniais	-	-	(696.494,07)	-	-	(696.494,07)
Déficit do Período	-	-	-	(24.237.279,83)	-	(24.237.279,83)
Saldo em 31/12/2025	(28.303.278,25)	10.000.000,00	34.271.979,36	(24.237.279,83)	-	(8.268.578,72)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2025

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, constituída em 08/12/1912, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em caráter filantrópico e beneficente, que tem por finalidade principal a assistência à saúde. A entidade aplica seus recursos e eventual resultado operacional, integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, bem como, não distribui resultados, dividendos bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma e, não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Encontra-se registrado no Cartório Privativo de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob n.º 314 Livro A-1 em 28/11/94, representada atualmente por seu provedor Juarez Antônio Carvalho, eleito pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05/09/2024, tomando posse em 06/09/2024 até 05/09/2027. A Entidade é Certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS como entidade de fins filantrópicos.

NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuermos mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez.

b) Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência ocorrida nos últimos cinco anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

d) Estoques – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

e) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados: (a) pelo custo de aquisição ou construção. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

f) Depreciação do Imobilizado – A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação vigente, consideradas adequadas pela administração.

g) Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.



[Handwritten signatures in blue ink]

h) Financiamentos e Parcelamentos - Os financiamentos bancários e os parcelamentos de tributos estão apresentados pelo principal acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

i) Receitas e Despesas – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Foi reconhecida como receita a isenção tributária e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS e da COFINS, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.

j) Apuração do resultado – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

k) Ativo e Passivo Circulante – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante.

l) Obrigações Trabalhistas – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

m) Contas a Pagar a Fornecedores – Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e estão sujeitas a juros, e estão incluídos os valores negociados com os fornecedores através de termos de confissão de dívida.

n) Contas a Pagar de Honorários Médicos – Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.

o) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/09 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

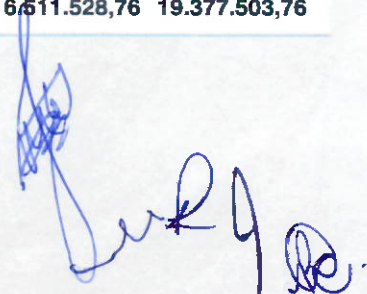
Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
CAIXA	10.138,07	23.729,59
BANCOS CONTA MOVIMENTO	707.761,15	116.103,32
BANCOS CONTA VINCULADA E APLICAÇÕES	5.825.577,19	3.201.942,12
TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.543.476,41	3.341.775,03

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

Clientes	2025	2024
TOTAL	16.511.528,76	19.377.503,76



NOTA 5 – ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA-EPCLD

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas dos seus recebíveis.

DESCRIÇÃO	2025	2024
(-) Provisão para Devedores	540.051,14	711.693,63

NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio, e a composição dos estoques é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Medicamentos - E	774.162,28	1.218.380,84
Materiais Hospitalar - E	1.087.370,03	987.986,52
Materiais de Expediente - E	51.183,18	50.852,36
Materiais de Manutenção e Conservação - E	87.452,60	98.834,87
Nutrição - E	67.246,17	54.501,55
Materiais e Medicamentos CDI - E	233.477,56	346.293,20
Materiais de Limpeza e Higiene - E	46.123,09	94.814,74
Uniformes e EPI's - E	16.899,03	13.492,78
Oxigênio - Gases Medicinais - E	72.775,74	48.990,35
Material de Uso e Consumo - E	69.836,41	14.412,25
Materiais de Laboratório - E	366.694,14	257.295,33
Órteses e Próteses - E	42.887,04	68.338,28
Materiais TRS - E	288.269,99	299.042,85
Mat e Med Oncologia - E	440.486,19	563.932,88
Robótica - E	987.385,45	-
TOTAIS ESTOQUE	4.632.248,90	4.117.168,80

NOTA 7 – IMOBILIZADO

As immobilizações estão registradas pelo custo de aquisição ou construção. Os valores representados contabilmente não superam aos de mercado, por realização ou uso. A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação, consideradas adequadas pela administração.

DESCRIÇÃO	2024	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPRECIÇÃO	2025
EDIFICAÇÕES	25.350.147,76	214.558,03	0,00	2.723.190,05	0,00	28.287.895,84
TERRENOS	8.173.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.173.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	6.146.716,65	457.881,46	128.237,96	82.778,75	0,00	6.559.138,90
MÁQUINAS E EQUIP.	5.772.532,48	6.853.702,77	518.405,66	0,00	0,00	12.107.829,59
APARELHOS DE MEDICINA	14.639.276,73	247.340,00	(683.862,28)	100.092,84	0,00	14.322.847,29
INSTR. DE MEDICINA E CIR.	641.629,17	0,00	(13.624,28)	0,00	0,00	628.004,89
EQUIPAMENTOS INFORM.	3.372.704,21	525.109,64	(58.704,62)	36.876,52	0,00	3.875.985,75
VEÍCULOS	385.336,00	353.252,31	(55.952,31)	0,00	0,00	682.636,00
(-) Dep. de Edificações	(11.734.638,69)	0,00	0,00	0,00	(1.059.353,04)	(12.793.991,73)
(-) Dep. de Maq e Equip	(4.299.455,98)	0,00	518.405,66	0,00	(262.366,48)	(4.043.416,80)
(-) Dep. de Ap de Medicina	(8.435.832,76)	0,00	663.244,55	0,00	(894.119,94)	(8.666.708,15)
(-) Dep. de Instr de Med	(496.100,46)	0,00	13.442,26	0,00	(27.682,24)	(510.340,44)
(-) Dep. de Sist de Informática	(2.690.599,54)	0,00	58.312,48	0,00	(207.243,17)	(2.839.530,23)
(-) Dep de Móveis e Utensílios	(4.189.619,49)	0,00	118.413,40	0,00	(348.693,76)	(4.419.899,85)
(-) Dep de Veículos	(92.841,02)	0,00	48.668,85	0,00	(87.646,29)	(131.818,46)
Reavaliação de Terrenos	19.521.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.521.000,00
Reavaliação Edificação	14.335.595,10	0,00	0,00	0,00	0,00	14.335.595,10
Reavaliação Aparelhos de Medicina e Cir	1.054.031,28	0,00	(45.499,20)	0,00	(73.756,19)	934.775,89
Reavaliação Equipamentos e Sist. Inform.	28.830,07	0,00	0,00	0,00	0,00	28.830,07
Reavaliação de Móveis e Utensílios	76.276,20	0,00	0,00	0,00	0,00	76.276,20
Reavaliação de Máquinas e Equipamentos	1.454.279,04	0,00	(104.999,30)	0,00	0,00	1.349.279,74
(-)Reavaliação Edificação	(494.567,10)	0,00	0,00	0,00	(329.711,40)	(824.278,50)
(-)Reavaliação Móveis e Utensílios	(29.421,18)	0,00	0,00	0,00	(19.614,12)	(49.035,30)
(-)Reavaliação Aparelhos de Med Cirurgia	(328.686,22)	0,00	34.067,82	0,00	(168.096,51)	(462.714,91)
Reavaliação Equipamentos e Sist. Informática	(11.658,29)	0,00	0,00	0,00	(5.339,64)	(16.997,93)
(-)Reavaliação Máquinas e Equipamentos	(412.950,78)	58.575,26	0,00	0,00	(266.375,48)	(620.751,00)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS SUB	234.178,14	766.404,06	0,00	0,00	0,00	1.000.582,20
MÁQUINAS E EQUIP. SUB	9.940.267,36	1.497.106,77	(61.945,32)	0,00	0,00	11.375.428,81
EQUIP. E SIST. DE INFOR. SUB	23.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.460,00
APARELHOS DE MEDICINA SUB	6.050.658,21	8.402.983,71	(624.803,00)	0,00	0,00	13.828.748,92
EDIFICAÇÕES SUBVENÇÃO	251.298,72	609.355,76	0,00	2.578.660,88	0,00	3.439.315,36
VEÍCULOS SUB	193.575,20	299.600,00	0,00	0,00	0,00	493.175,20
(-)Dep de Sistemas de Informática sub	(22.287,57)	0,00	0,00	0,00	(1.172,43)	(23.460,00)
(-)Dep de Máquina e Equipamentos sub	(4.719.599,39)	0,00	42.412,48	0,00	(1.008.875,06)	(5.686.061,97)
(-)Dep de Ap de Medicina sub	(4.045.039,09)	0,00	614.227,15	0,00	(811.312,55)	(4.242.124,49)
(-)Dep de Móveis e Uten sub	(224.559,54)	0,00	0,00	0,00	(29.454,22)	(254.013,76)
(-)Dep de Edificações sub	(52.389,94)	0,00	0,00	0,00	(41.932,08)	(94.322,02)
(-)Dep Veículos sub	(145.181,25)	0,00	0,00	0,00	(70.505,92)	(215.687,17)
EDIFICAÇÃO EM ANDAMENTO	1.307.479,28	1.362.503,85	0,00	(2.212.406,46)	0,00	457.576,67
Edificação em Andamento - Torre	738.531,70	0,00	0,00	(738.531,70)	0,00	0,00
Edificação em Andamento - Evangélico	3.132.103,90	498.301,46	0,00	(94.585,74)	0,00	3.535.819,62
Edificação em Andamento - Conv 089/2024	0,00	3.277.344,39	0,00	102.585,74	0,00	3.379.930,13
Edificação em Andamento - Conv 4500078528	0,00	2.926.954,86	0,00	284.924,80	0,00	3.211.879,66
Edificação em Andamento - Conv 4500078528	0,00	3.744.532,29	0,00	(2.863.585,68)	0,00	880.946,61
CONSÓRCIO EM ANDAMENTO	251.772,58	(210.802,50)	0,00	0,00	0,00	40.970,08
TOTAL	80.649.251,49	31.884.614,12	164.839,28	0,00	5.713.250,52	106.655.775,81

NOTA 8 – FORNECEDORES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2025	2024
FORNECEDORES	17.813.702,58	5.545.073,82



[Handwritten signature]

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

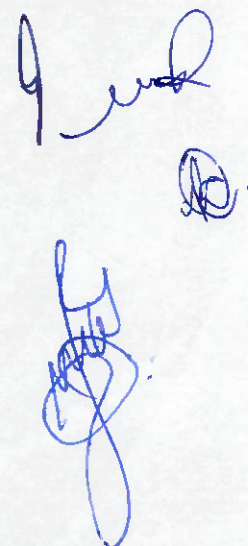
Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2025	2024
IRRF a Recolher Funcionários	301.879,36	265.201,21
IRRF a Recolher Pessoa PF	10.823,94	7.485,85
IRRF a Recolher Pessoa PJ	51.152,41	46.850,71
CSSLL/PIS/COFINS	162.481,71	149.736,43
TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS	526.337,42	469.274,20

NOTA 10 – DÉBITOS COM FUNCIONÁRIOS

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Bolsistas e Estagiários	0,00	5.400,94
Ordenados e Salários	2.422.426,00	2.138.629,93
Provisão e Férias	3.834.911,98	3.576.414,77
Sindicatos a recolher	23.734,63	27.271,91
Processos Jurídicos Funcionários a pagar	5.766,79	4.598,91
Cantina Desconto	17.748,07	0,00
Santander - Empréstimo Funcionários	0,00	127.151,99
Bradesco - Empréstimo Funcionários	0,00	15.781,21
CCLA Associados do Vale Canoinhas (Sicoob)	0,00	5.012,27
E- Consignado - Empréstimos Funcionários	193.568,70	0,00
TOTAL	6.497.976,17	5.900.261,93



NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS

BANCO	Nº PARC	JUROS	2025	2024
CAIXA	84	1,07%am	17.788.424,98	19.992.757,34
CAIXA	84	1,14%am	4.400.777,71	4.960.350,99
BRDESCO	48	1,60%aa	4.452.197,58	4.500.000,00
SANTANDER	72	0,87%am	0,00	3.302.873,13
SANTANDER	72	0,37%am	3.683.261,61	4.542.578,31
FOMENTO	68	4,50%aa	762.471,15	1.048.397,82
UNIPRIME	114	0,50%am	2.772.707,28	3.126.373,62
UNIPRIME	60	0,50%am	506.433,31	701.428,49
UNIPRIME	48	1,50%am	878.777,94	0,00
UNIPRIME	95	0,50%am	10.000.000,00	0,00
UNIPRIME	12	1,79%am	2.500.000,00	0,00
UNIPRIME	114	1,87%am	4.000.000,00	0,00
UNICRED	78	0,37%am	2.326.364,65	2.666.947,28
UNICRED	78	0,45%am	1.051.182,30	1.264.152,84
UNICRED	73	0,45%am	335.361,44	417.761,90
UNICRED	95	0,48% am	10.000.000,00	0,00
SICOOB	60	1,50%am	1.747.913,78	2.142.849,41
SICOOB	60	1,69%am	1.676.843,16	1.921.795,80
SICOOB	60	1,00%am	2.648.845,47	3.000.000,00
SICOOB	1	1,89%am	1.500.000,00	0,00
SICOOB	1	1,89%am	700.000,00	0,00
SICOOB	54	0,50%am	860.000,00	0,00
SICOOB	1	1,89%am	750.000,00	0,00
SICOOB	1	1,89%am	351.750,00	0,00
SICOOB	1	1,70%am	1.758.750,00	0,00
SAFRA	8	1,60%am	0,00	248.000,00
EMPRÉSTIMO PF	Capital de Giro	1,89%am	2.330.000,00	0,00
BANCO DO BRASIL	Cartão de Crédito	15,48%am	471.439,43	481.539,43
UNIPRIME	Cheque Especial	0,65%am	2.300.000,00	2.024.510,52
SICREDI	Cheque Especial	0,50%am	1.499.999,99	1.499.999,99
SICREDI	Cheque Especial	0,50%am	502.075,35	430.764,91
SICOOB	Cheque Especial	1,50%am	2.598.776,77	2.724.762,07
SANTANDER	Cheque Especial	1,61%am	1.000.000,00	1.000.000,00
UNICRED	Cheque Especial	1,51%am	2.000.000,00	809.417,37
CIVIA	Cheque Especial	0,1035%am	0,00	31.000,82
UNIPRIME	Cheque Especial	0,70%am	1.041.432,27	0,00
CRESOL	Cheque Especial	0,85%am	3.058.307,37	0,00
TOTAL			94.254.093,54	62.838.262,04

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade responde a algumas reclamatórias trabalhistas e ações judiciais cíveis. Com base na opinião de sua assessoria jurídica, fundamentada nas circunstâncias específicas de cada ação ou impugnação, a entidade, se valendo do que dispõe a NBC TG 25, aprovada pela resolução CFC nº 1.180/2009, foram constituídas as devidas provisões civil e trabalhistas. Ainda de acordo com a mesma opinião, as causas avaliadas com possíveis perdas, foram estimadas no valor de R\$ 12.148.210,62.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Provisões para Ações Cíveis	2.405.489,68	1.120.857,60
Provisão para Contingências Trabalhistas	3.000,00,	84.584,33
TOTAL	2.408.489,68	1.205.441,93

NOTA 13 – ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

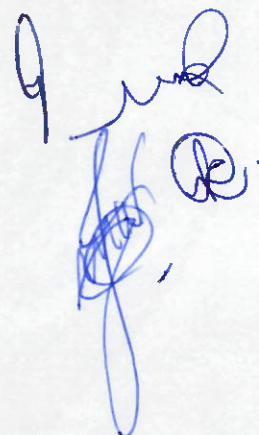
Conforme o artigo 29 da Lei 12.101/09 Entidade Beneficiante certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91:

CONTRIBUIÇÕES	2025	2024
20% S/folha e autônomos	8.794.862,05	8.051.280,40
7% RAT/SAT	1.024.634,49	912.230,08
5,8% Terceiros	2.314.840,70	2.120.684,93
Contribuição da Seguridade Social (COFINS)	3.995.568,99	3.911.000,60
Contribuição (CSLL) sobre lucro	0,00	0,00
TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS	16.129.906,23	14.995.196,01

NOTA 14 – OFERTA DE SERVIÇOS PARA O ANO DE 2025

Em 2025, a Instituição possui um total de 175 leitos registrados no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), sendo que 114 leitos são destinados ao SUS (Sistema Único de Saúde), representando cerca de 65,14%, conforme a última atualização na base local de 08 de janeiro de 2026. Durante esse período, a quantidade de internações realizados por meio do convênio correspondeu, em média, a 78,30% dos pacientes-dia, enquanto os procedimentos realizados atingiram, em média, 94,30% dos atendimentos a pacientes, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Os dados de 2025 foram obtidos no sistema próprio da Instituição, uma vez que o Ministério da Saúde não disponibilizou os quantitativos do ano, apesar de todas as remessas constarem no site do CIHA. Ainda não foi possível acessar os dados quantitativos de atendimentos não SUS.



Pacientes/Dia	2025		2024	
	Quant	%	Quant	%
Nro. Pacientes/Dia SUS	37.861		36.516	
Nro. Pacientes/Dia Não SUS	10.493		9.862	
Total de Pacientes Dia	48.354	78,30%	46.738	78,76%
Atendimentos Ambulatoriais				
SUS	469.654		423.789	
Não SUS	219.781		191.533	
Total Atendimentos Ambulatoriais	689.435	68,12%	615.322	68,87%
Atenção a:				
I - atenção obstétrica e neonatal;	S	1,50%	S	1,50%
II - atenção oncológica;	S	3,00%	S	3,00%
III - atenção às urgências e emergências;	S	4,50%	S	4,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas;	S	4,50%	S	4,50%
V- hospitais de ensino;	S	6,0%	S	6,0%
Total		6,0%		6,0%
Atendimento SUS				
Nro Pacientes/Dia SUS		78,30%		78,74%
Atendimento Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Atenção		6,00%		6,00%
Total % Atendimento SUS		94,30%		94,74%

NOTA 15 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, em valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

NOTA 16 – SUBVENÇÕES

No ano de 2025 a Entidade recebeu recursos advindos de emendas parlamentares sendo estas federais, estaduais e municipais. Como também convênio com Itaipu Binacional e recursos através de destinação de Imposto de Renda através do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.



DESCRIÇÃO	2025
Convênio 954646/2023 - Federal - Equipamentos	194.466,00
Convênio 953194/2023 - Federal - Equipamentos	1.971.178,00
Convênio 951027/2024 - Federal - Equipamentos	188.100,00
Convênio 951029/2024 - Federal - Equipamentos	2.631.892,62
Convênio 519/2024 - Estadual - Equipamentos	99.645,00
Convênio 027/2025 - Estadual - Equipamentos	2.999.991,63
Convênio 391/2024 - Estadual - Custeio	499.535,54
Convênio 127/2025 - Estadual - Custeio	999.986,48
Convênio 089/2024 - Estadual - Reforma/ Construção	3.288.139,05
Convênio 4500078528 - Estadual - Reforma/ Construção	9.852.563,33
Termo de Colaboração 003/2025 - Municipal - Veículos	300.000,00
Termo de Colaboração 004/2025 - Municipal - Equipamentos	100.000,00
Termo de Colaboração 007/2025 - Municipal - Equipamentos	500.000,00
Termo de Colaboração 008/2025 - Municipal - Equipamentos	193.146,11
Termo de Colaboração 009/2025 - Municipal - Equipamentos	50.000,00
Termo de Colaboração 010/2025 - Municipal - Equipamentos	400.000,00
Termo de Colaboração 021/2025 - Municipal - Equipamentos	200.000,00
Termo de Colaboração 022/2025 - Municipal - Equipamentos	668.292,23
Termo de Colaboração 026/2025 - Municipal - Equipamentos	40.000,00
Termo de Colaboração 031/2025 - Municipal - Doação IR (Fundo do Idosos)	185.250,00
Termo de Colaboração 055/2025 - Municipal - Doação IR (Fundo do Idosos)	294.890,00
TOTAL	25.657.075,99

NOTA 17 – RESSARCIMENTO SUS

O ressarcimento ao SUS no montante de R\$ 321.679,91, que vem sendo cobrado da operadora refere-se a atendimento aos usuários da operadora em rede hospitalar e UPA's, informações essas extraídas do site da Agência Nacional da Saúde - ANS. Esses atendimentos quando cobrados indevidamente pela Agência Nacional da Saúde são recusados aguardando decisão da mesma, e quando realmente devidos esses atendimentos os avisos de cobranças são pagos. Estão compostos como segue:


	2025	2024
Ressarcimento ao SUS - (%hc X ABI)	143.804,16	143.804,16
Ressarcimento ao SUS Parcelado Curto Prazo	141.300,33	179.892,54
Total Curto Prazo	285.104,49	323.696,70
Ressarcimento ao SUS Parcelado Longo Prazo	36.575,42	175.876,96
Total Curto + Longo Prazo	321.679,91	499.573,66



NOTA 18 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, em função dos últimos resultados anuais e, no sentido de obter novos recursos financeiros, está fazendo um trabalho de aproximação dos órgãos públicos, privados e a população em geral, visando o recebimento de doações, incentivos e recursos disponíveis para entidades hospitalares. Na busca constante da estabilidade operacional e financeira da Instituição, mantem-se constantemente os contatos e tratativas junto aos parlamentares Estaduais e Federais, no intuito de garantir que novos recursos financeiros possam ser destinados à Instituição, bem como este mesmo trabalho vem sendo realizado junto à comunidade em todos seus setores e segmentos, buscando a aproximação e o engajamento de todos, em prol do fortalecimento, melhoria e ampliação da resolutividade do Hospital, bem como para seu equilíbrio financeiro.

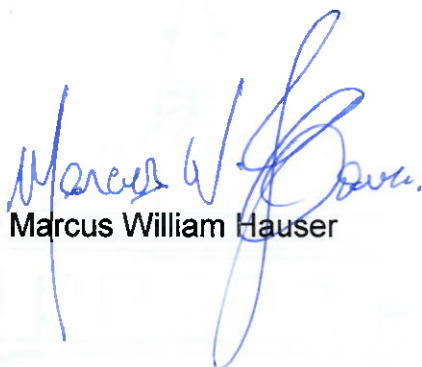

JUAREZ ANTONIO CARVALHO
PROVEDOR
CPF 244.180.999-72


REJANE CAPELETTI
CO-CRC-PR 064174/O-5
CPF 071.152.319-31

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
2. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.
3. Ainda, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda a incorporação do déficit do exercício ao Patrimônio Social, conforme prevê o Art. 45 do Estatuto Social.

Ponta Grossa, 26 de fevereiro de 2026.



Marcus William Hauser



Carlos Roberto Justus Madureira

Declaração de Independência

A Diretoria da

Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2025.

Em conexão com nossos trabalhos de Auditoria Externa relacionados à emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, declaramos que a Schimitt Auditores S/S é independente em relação à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa e não houve conflito de interesse no processo de verificação de dados relativos às informações de acordo com as regras do Auditor Independente e do Código de Ética da Profissão.

**SCHIMITT AUDITORES SS
KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT
CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1**





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**A Diretoria da
Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa
Ponta Grossa – PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis, que descreve a existência de incerteza relevante relacionada à capacidade de continuidade operacional da www.schmitt.com.br | Porto Alegre - RS | Email: Comercial@schmitt.com.br | Fone: 51 997823523 Entidade, decorrente dos resultados financeiros recentes e da dependência da obtenção de novos recursos financeiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, conforme parecer sem modificação de opinião, emitido em 05/02/2025.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cuja apresentação não é requerida pela legislação brasileira para as entidades sem fins lucrativos. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2026.



**SANTA CASA
DE PONTA GROSSA**

Diretor Técnico: Dr. Rogério Santos Clemente - CRM-PR 12641 / RQE 0934



 facebook.com/SantaCasadePontaGrossa  [santacasapg](https://instagram.com/santacasapg)

 www.santacasapg.com  Santa Casa de Ponta Grossa  42 3026.8000

 Av. Dr. Francisco Búrzio, 774, Centro - Ponta Grossa - PR - CEP 84010-200